



Moisés de Lemos Martins & Manuel Pinto (Orgs.) (2008)
Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação
6 - 8 Setembro 2007, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho)
ISBN 978-989-95500-1-8



As limitações do modelo behaviorista de comunicação política e a abordagem institucionalista – reflexões sobre as dimensões culturais, políticas e históricas da cidadania

ANTÓNIO ROSAS

Universidade do Porto; Universidade de Santiago de Compostela ~ anro_pt@clix.pt

Resumo:

A visão predominante da comunicação política é a behaviorista, cuja regulação micro entre actores é geralmente integrada, aos níveis meso e macro, numa variedade de parâmetros de natureza sistémica ou funcional. Nesta comunicação assumiremos as suas já conhecidas limitações analíticas (estáticas e políticas) e empíricas (reduccionismo experimental à tríade media-partidos-governo) do modelo, para introduzirmos as dimensões históricas e culturais da comunicação política e da construção da cidadania nas democracias. Para tornar a comunicação mais viva, serão fornecidos alguns exemplos históricos: o “Le Peuple” da Constituinte Francesa, a invenção de uma certa ideia de pátria, na batalha de Valmy; nas relações internacionais - a comunicação política do colonialismo inglês no Raj indiano; o papel dos estudantes-ciclistas de Tianamen no espaço e no tempo das políticas não convencionais contra o regime comunista chinês. Falar-se-á ainda de alguns casos em que se verificaram mutações simbólico-culturais ou construções identitárias e políticas de alguns grupos com consequências atípicas interessantes para as respectivas estruturas e normatizações da cidadania e dos espaços públicos (casos do lémen, da Síria e dos Apalaches norte-americanos).

Palavras-chave:

Comunicação, comunicação política, culturas, histórias, cidadanias.

A comunicação política não é obviamente um fenómeno moderno. Existiu desde sempre, pelo menos desde que há sociedades humanas. Não é de duvidar de que mesmo nas primeiras grandes civilizações os governantes tinham já uma ideia muito clara de como a linguagem e os símbolos podiam ser instrumentos do poder. A história mostra-nos que a informação e os seus modos de transmissão eram encarados não apenas como recursos da socialização comum, servindo para transmitir e partilhar sentimentos, ideias, mitos, etc., como eram recursos estratégicos do poder e dos seus modos de reprodução. Basta recordarmos a munificência com que o grande faraó Ramsés II fazia uso da sua figura, inundando o Egipto com efígies suas, ou o que sucedeu com as figuras de Akenaton e Nefertiti, que foram apagadas de todos os obeliscos e monumentos, presume-se que pelo clero tradicional ressentido com a heresia amarnita, para vermos como, mesmo há 4000 anos, atrás a informação e a comunicação eram já encarados como recursos tão ou mais importantes como a manutenção de um exército ou a coerção económica.

Não deixa, pois, de ser um pouco estranho que nas democracias contemporâneas se fale tanto em comunicação política. E é ainda mais estranho que quatro mil anos depois de Ramsés ou dos seus correligionários autocráticos e imperialistas esta seja primordialmente uma ciência especializada na manutenção ou na ampliação do poder das elites, desta feita não sobre escravos judeus ou amoritas, mas sobre as populações de um território governadas presumivelmente de forma democrática. A tese de Roberto Michels e dos elitistas italianos de que não há nenhuma sociedade que não seja gerida por uma elite, apesar de ser uma constatação histórica para a maior parte das sociedades que conhecemos, não é uma verdade científica e muito menos uma necessidade histórica ou cultural.

Esta ideia da comunicação política como um instrumento do *poder sobre* é no entanto muito forte. Na sua base radica a existência e a crescente influência de uma nova ciência, constituída principalmente a partir dos anos 40-50, cujos progressos, por vezes notáveis, podemos em parte justificar pelo sonho dos humanos de compreenderem e de dominarem o que os rodeia. Mas não só, obviamente. Como diz Herbert Kitschelt, embora por outras palavras, as dificuldades dos partidos políticos em captar votos não só na base das clivagens tradicionais como a partir dos novos mapas de preferências não têm parado de crescer. Compreende-se portanto que as políticas convencionais dos governos ou dos partidos apelem cada vez mais a esta recente ciência, e em especial ao marketing político, para se regenerarem e para legitimarem institucionalmente a sua posição.

No entanto, uma rápida vista de olhos pela literatura da nova ciência não deixará de nos fazer concluir que uma das suas crenças epistémicas básicas é a ideia de que nas sociedades de massas atomizadas e mediatizadas a maior parte dos cidadãos não se interessa nem compreende a política, participando pois nos processos políticos de forma limitada, geralmente no voto e durante as eleições. Como também nos ensina Kitschelt, só uma minoria age racionalmente mesmo durante as eleições, sendo por isso decisiva para a publicidade dos partidos. Do ponto de vista ético-normativo, uma das conclusões normativas é, pois, a de que as elites têm pois um grande campo de manobra para exercerem a sua função de liderança e legitimarem democraticamente a sua acção. Não surpreende assim que o esquema geral desta concepção da política e da comunicação seja prioritariamente unidireccional e hipostasiada num conjunto de leis presumíveis sobre a natureza humana. Para esta perspectiva, a política é a expressão limitada e circunstancial de uma natureza humana conhecida e previsível.

Ora esta concepção naturalista e empirista da comunicação e da política teve não teve no entanto que esperar muito tempo encontrar para esperar pelos concorrentes. Desde a sua fundação, durante os anos 60 e 70, que o institucionalismo e, depois, o neo-institucionalismo, se mostraram totalmente contra o que designaríamos pelo paradigma behaviorista-económico da política e das sociedades. As preocupações do institucionalismo consistiriam em enquadrar aquele numa visão menos atomizada e mais social dos indivíduos e dos grupos, enquanto que o neo-institucionalismo assumiria os contornos de um verdadeiro paradigma concorrente. O que significa que o já não pretende enquadrar as perspectivas behaviorista e racionalistas no interior de novas teorias e hipóteses, como subscreve um novo paradigma, desta feita baseado na introdução das dimensões históricas e culturais no estudo dos fenómenos políticos.

Ao trazer para a linha da frente das pesquisas as dimensões históricas e culturais da comunicação e da política, o neo-institucionalismo acabou por produzir uma nova sensibilidade contextualista e construtivista nos estudos especializados. Na base estava a ideia de que as instituições, os tijolos de que são feitas as sociedades humanas, são ao nível mais básico, informações constituidoras partilhadas. Constituidoras não apenas das relações sociais como dos próprios sujeitos que incarnam essas relações. Uma das consequências normativas mais importantes para o estudo dos processos comunicacionais, assim como dos políticos, é a de que não deviam ser

encarados como externos aos indivíduos nem independentes dos seus contextos – faziam parte dos indivíduos e dos contextos.

Começou então a constatar-se empiricamente aquilo que o senso comum ditava. Os fenómenos analisados e descritos pelo empirismo behaviorista não exauriam não só a natureza e o campo da política como se ia comprovando que o poder estatal ou de alguns grupos não era assim tão forte ou exclusivo, mesmo que ocupasse quase todo o objecto da nova ciência. A ideia de que o poder social é um fenómeno contextualizável, constituinte dos indivíduos e dos grupos, desnaturalizável, e que resulta portanto de negociações simbólico-materiais permanentes, necessariamente políticas, ou seja, resultando da acção política, é fortemente neo-institucionalista. Poder-se-á portanto dizer que a nova abordagem trouxe para o primeiro plano dos estudos científicos da comunicação não só uma nova perspectiva sobre esta e sobre o modo como se produz e reproduz, como sobre os modos de actuação e de comunicação políticas, que a abordagem tradicional reduzia a meros epifenómenos da sua visão dos indivíduos, dos grupos, do Estado ou das elites tradicionais.

Será pois útil recorrermos mais uma vez à nossa ideia pré-científica da comunicação política para compreendermos que mesmo nas sociedades antigas nem sempre o poder estava claramente definido e a comunicação não era nem um fenómeno exterior nem se fazia de um único modo e num certo sentido. Verificamos então que apesar das compreensíveis e em larga medida justificadas reivindicações de cientificidade da nova ciência, o estudo da comunicação política, tal como se desenvolveu a partir da II Grande Guerra pelos sociólogos behavioristas e pelos filósofos funcionalistas, não deixa de nos dar uma visão redutiva e estática do campo político, mesmo que “dinamizada” pelos ciclos eleitorais e pelas campanhas permanentes.

Penso que não será preciso muito esforço para compreendermos, à luz da história, que o poder social raramente foi um bloco de relações sociais de dependência ou de dominação detido exclusivamente pelas elites. Onde há poder e onde há conflitos tendo a ver com a distribuição desse poder, há necessária, e suficientemente, a política, e a política, desde a Antiguidade até ao Renascimento, e aos tempos modernos, raramente foi exclusivamente elitista e unidireccional. Por definição, terão pois existido sempre uma multiplicidade de pólos de poder, tanto interiores como exteriores, alguns dos quais mais hegemónicos do que outros, mas pelo menos, e quanto mais não fosse, um pólo interior caracterizado por uma grande carga de passividade frente a um outro procurando preservar ou ampliar o seu *dominium*. Esta dialéctica, essencial em todos os processos políticos, impregnaria, por exemplo, a tensão que sempre existiu entre as dinastias tebanas do Egipto e as heresias orientais da Síria. Ou entre a aristocracia romana e a plebe republicana. Ou entre os republicanos urbanos portugueses e as classes possidentes tradicionalistas das províncias. No Renascimento, esse processo actualizar-se-ia, prefigurando a tensão entre, por exemplo, os demorepublicanos, como Maquiavel, e o seu ilustre adversário, Guicciardini.

Mas seria na época moderna que a busca do poder de autodeterminação no exterior e a procura do poder absoluto no interior ficariam assegurados pelo domínio do Estado-Nação pós-vestefaliano. A partir do século XVII, assiste-se a um esforço tremendo de *caging*, ou seja, de controlo exclusivo dos governos nacionais sobre as populações do território. Os poderes locais são em larga medida absorvidos, as autonomias consuetudinárias, legais e profissionais são atacadas, e um corpo de funcionários profissionais enche a reserva do Estado. Ao nível simbólico, nenhuma força é tão implacável e exclusivista como o nacionalismo, como a elevação da categoria política da Nação a uma nova realidade política de proporções majestáticas. O *caging* simbólico-material fecha-se, molda uma realidade imposta pela dinâmica dos equilíbrios entre os Estados, em vez de ser uma consequência da limitação dos recursos geográficos, climáticos, etc.

Quando chegamos pois aos Estados modernos, que são, em larga medida, reproduções, actualizadas, do figurino vestefaliano, não será difícil não nos iludirmos sobre essa imensidão de poder concentrado, pensando que ele exaure todo o poder social. Pensemos, por exemplo, no caso português. Muito se tem falado sobre o nosso século XIX e na sua importância para a modernização e a democratização deste país. São factos indubitáveis, mas é igualmente difícil não concluirmos que durante o século XIX o poder discricionário e quase absoluto das elites, primeiro parlamentares, depois administrativas, não foi sempre nem tão absoluto, nem tão fácil de gerir, como geralmente se pensa.

O que aconteceu em Portugal, à semelhança do que sucedeu noutros países, é que as elites raramente conseguiam determinar o modelo da comunicação política que mais lhes convinha, ou os modos de poder simbólico e material mais favoráveis. No caso português, poder-se-á mesmo dizer que o circuito fechado do poder hegemónico das oligarquias estatais e pró-estatais começaria a vacilar, mais ou menos, a partir de meados do século XIX, ou seja, coincidiu com os processos da institucionalização do nosso primeiro sistema de partidos. Estamos convencidos de que através de uma análise histórico-cultural minuciosa e aprofundada será possível constatar que se as elites conseguiriam ainda jogar o jogo eleitoral até 1926 a balança do poder interior já estava seriamente comprometida. Uma das bases desta tese parte de uma possibilidade histórica, que é a de que esse desequilíbrio institucional e estrutural, detectável no nascente sistema representativo português, tenha tido como um dos seus principais momentos impulsionadores as Janeirinhas e o período conturbado que medeia entre 1868 e 1871.

As chamadas Janeirinhas foram uma revolta massiva da população contra a imposição de um novo imposto directo sobre todas as transacções. Como sabem, um dos seus resultados foi o de ter provocado mais um golpe de Estado de Saldanha. Todavia, apesar da situação ter sido estabilizada, e apesar da crise económica ter passado, com a velha guarda dos políticos tradicionais voltando ao poder, parece ser inegável que o amplo movimento de contestação inter-classista contra o regime monárquico e sistema representativo venceu, pela primeira vez na história moderna portuguesa, o Estado. O resultado visível foi o facto do diploma ter sido retirado, mas o invisível foi o das políticas não convencionais ou contestatárias terem entrado pela primeira vez em cena em Portugal, com os seus repertórios, modos de acção, possibilidades. Com efeito, tudo parece indicar que a partir das Janeirinhas, as instituições políticas passariam a ser testadas cada vez mais nas ruas, consoante a facilitação estrutural das conjunturas. Este embate, que continua nos dias de hoje, não testa já os limites de um sistema representativo nominal, mas sim os de um sistema representativo em crise de credibilidade e à procura de outras formas de trazer de volta para as políticas convencionais um número cada vez maior de cidadãos descontentes. Daí a máxima de todo o bom *marketing* político ser não o de vender políticas mas sim o de reforçar as políticas que assentam no *feedback* dos eleitores e que respondem de forma competitiva e eficaz às suas necessidades.

Dito de outro modo, parece indiscutível que a questão de saber se o regime do primeiro republicanismo português foi ou não democrático não nos parece que seja pertinente. Mesmo que o regime da primeira república fosse uma ditadura de um partido (o que nos leva a um problema, porque não foi nem ditatorial nem de um partido no sentido moderno do termo), isso não seria relevante já que o que interessa é que por essa altura os mecanismos de democratização já tinham sido postos em marcha por um feliz acaso de coincidências e de causalidades: a proletarianização, a urbanização e a classe média baixa, as pressões demográficas sobre a representação e o regime censitário, etc. A partir de meados do século assistir-se-á a um envolvimento gradual, lento mas constante da participação política dos cidadãos, mesmo num país com fortes obstáculos à comunicação política e ao crescendo da importância e volume das políticas públicas e da responsabilização dos agentes do governo, duas características essenciais dos regimes

democráticos (Rosas 2007). As pressões políticas e simbólicas sobre os agentes do governo (opinião pública, marchas, movimentos, protestos, motins, etc.) não parariam de crescer, sobreviveriam à própria República (até serem abafadas pela solução fascista), limitando e dificultando a centenária margem de que as elites geralmente dispunham para imporem uma agenda e decidirem em oligarquia.

Vemos assim que no mundo globalizado e profundamente institucionalizado de hoje não é pois de crer que o jogo do poder interior e exterior não passe por alterações qualitativas e quantitativas extraordinárias. Hoje, qualquer cidadão ou grupo de cidadãos pode contestar uma medida governamental ou uma situação injusta ou ilegítima, publicá-la através da Internet, usar meios electrónicos para criar uma *mailing list*, dinamizar um grupo de discussão, lançar as bases de uma organização informal, procurar apoios internacionais, organizar as suas mensagens e os modos de acção política, e ir para a rua. Para citar um exemplo algo extremo podemos citar o *Black Block*. Este movimento transnacional de inspiração neo-anarquista usa a Internet para publicar informação, um jornal electrónico que pode ser facilmente impresso e distribuído convencionalmente, para coordenar a acção política, mobilizar activistas e potenciais apoiantes, etc. Compreende-se assim que o modelo do behaviorismo funcionalista da comunicação política, bem como o seu objecto tradicional de estudo, as eleições e as campanhas políticas, comecem a parecer-se um pouco a coisas do passado, face aos fenómenos re-emergentes da contestação e das formas de comunicação política não convencionais.

Não ter pois em conta as alterações históricas e culturais que não só acompanham como formam e dão sentido aos mais variados modos de comunicação política pode ser na análise científica um grande erro. Temos que compreender porque razão nas nossas sociedades um determinado modo de pensar a comunicação política se tornou hegemónico, impondo uma disciplina, um objecto de estilo e uma metodologia específica e mesmo fecunda de explicação do real. Do mesmo modo, é preciso pensar a natureza e os limites da nossa cidadania, o modo como o Estado, e os seus agentes, ou alguns grupos, continuam a recriar uma ficção conveniente na sua ideia da cidadania. Pensamos pois que só uma compreensão cultural e histórica dos fenómenos políticos e da comunicação nos levam a ver como a nossa perspectiva actual pode ser redutiva e claramente insuficiente tanto de um ponto de vista analítico como normativo. Ao paradigma empirista será pois necessário acrescentar as interrogações institucionalistas, cuja percepção aguda dos modos de geração e de *aggiornamento* dos campos do saber e dos seus objectos sociais nos conduzem a essa consciência crítica essencial para parametrizarmos o que sabemos e o que pode também ser sabido.

O facto do nosso entendimento da comunicação política se basear nos partidos políticos e no governo, nos media e na opinião pública, deixa de fora muitos fenómenos que embora não escapem à definição geral que fornecemos, não estimulam a sua pesquisa. Embora ainda haja quem defenda que não se trata de um processo interactivo mas unidireccional e descendente (aqueles que qualificaríamos da linha dura do behaviorismo) a definição e o modelo respectivo, embora não exclua os chamados processos políticos não convencionais, não os engloba, e a verdade é que tende a esquecê-los. Por alguma razão são considerados epifenómenos, variavelmente explicáveis. Na prática, o que estuda, e muito bem, são as interacções comunicacionais entre os empresários políticos, os media e o público, o que significa que empiricamente trata de eleições e das campanhas permanentes dos empresários políticos e dos agentes governamentais. Sem retirar o mérito a esta linha de investigação, é fácil de ver que não engloba todos os processos, especialmente as formas não convencionais de oposição e que deve portanto ser inserido numa investigação mais lata que englobe não apenas esses processos como as formas históricas, materiais e culturais das chamadas políticas alternativas.

Podemos, por exemplo, perguntar-nos qual o interesse que o regime sírio terá para um *spin doctor* ou para um analista de eleições. E o mesmo sucedia com o regime irmão *Baath* que vigorava no Iraque até à invasão liderada pelos EUA. Já o mesmo não sucede com um cientista político de formação institucionalista, que procurará compreender os modos mais ocultos ou menos “ortodoxos” em que a comunicação política é feita, através, por exemplo, de pesquisas etnográficas sobre os modos históricos e culturais usados tanto pelos sírios como pelos iraquianos para pensarem a política, agirem politicamente, defenderem de outro modo os seus interesses, preservarem os seus domínios de actividade, etc.

A tese de que a ideia de nação é um produto estatal, derivado em larga medida do poder cultural e simbólico do Estado sobre a população perde, assim, muitos dos seus atractivos, em particular se a submetemos à indagação institucionalista. Poderemos então constatar, por exemplo, que a nossa concepção nacional deriva de uma interpretação localizada de uma outra interpretação ocorrida num campo de batalha. No dia 20 de Setembro de 1792, em Valmy, no nordeste de França, o exército francês aguentou terreno sob o impacto da poderosa infantaria prussiana com o grito revolucionário “Vive la Nation”. Goethe, que estava presente, terá então dito que independentemente do resultado medíocre da batalha, uma nova época da história mundial tinha nascido (Furet & Richet, 2003; Soboul, 1960).

E foi o que sucedeu. A identidade nacional francesa, preparada doutrinariamente antes e durante a Revolução, mas comunicada em Valmy, viria a tornar-se num poderoso agregador de vontades sob o impulso das ideias de soberania popular e da igualdade, duas ideias que fariam as suas viagens, poucos anos após essa batalha, por quase toda a Europa. Com efeito, será esse conceito de “Nation” que nós conheceremos a partir do liberalismo e que substituirá gradualmente a ideia retrógrada e tradicionalista da Pátria Camoniana. O que não significa que se tornará progressista. Com os jacobino-opportunistas republicanos, virá mesmo a ser um bastião proto-fascista, totalizador e absorvente, uma espécie de prefiguração da Pátria autoritária salazarista, racista, colonialista e imperialista.

Do mesmo modo poderemos falar da invenção do “Le Peuple” e da acepção moderna de Revolução como categorias simbólicas durante a Revolução Francesa. O fenómeno da direcionalidade entre os actores seria aqui, no entanto, mais complexo. Em vez de passar do povo ou do exército para os governantes, iria partir não apenas do povo como de algumas elites e agentes (jornalistas, por exemplo), para electrizar as massas e sancionar politicamente a violência popular. O despoletar da situação foram os acontecimentos de 14 de Julho, hoje conhecidos como a Tomada da Bastilha. Nessa altura, os acontecimentos de revolta, mesmo os mais violentos, embora fossem entendidos como *révolutions*, não tinham o sentido que têm hoje. A *révolution* dos finais do século XVIII significava uma alteração de regime, uma mudança que podia não ser violenta, mas que não designava nenhuma de duas coisas: não implicava nem a alteração do regime, nem, muito menos, um meio de acção popular legítimo visando estabelecer o controlo político do Estado pelo povo.

No entanto, foram estas as interpretações que prevaleceram, em larga medida através da acção dos jornais, dos discursos dos oradores políticos e dos panfletos. Em suma, através de processos que embora multi-direccionais e complexos hoje qualificaríamos de comunicação política.

A multidão do Terceiro Estado recebeu a actual figura relevante do povo soberano do poder político constitucional através de uma alteração da concepção corrente de *Révolution*. A nova articulação foi processada a partir do evento-ruptura da Bastilha quando, alguns dias depois, a Assembleia Nacional francesa, ou melhor, alguns deputados da Assembleia, lhe deram o toque final, articulando “definitivamente” a identidade entre violência popular e soberania popular. O segundo momento da articulação seria feito na imprensa, com o *La Révolution de Paris* a escrever que um dos primeiros actos dos assaltantes da Bastilha fora o de tomarem e exibirem a “bandeira sagrada da

Pátria, para o aplauso e gáudio da imensa multidão do povo”. A partir desses episódios em larga medida contingentes, tanto o termo e a concepção de *Revolução* e de *Povo* receberam não só as significações actuais, como se transformaram em poderosos slogans de propaganda política, cujo poder de mobilização é ainda hoje imenso. Compreende-se assim que muito antes dos partidos políticos ou mesmo dos *caucuses* e dos *trustees*, uma poderosa forma de identidade colectiva seria gerada e propagada pelos exércitos napoleónicos. Nesse tempo, a opinião pública, apesar de na Revolução ser já assinalável, era ainda embrionária, não massificada, e os governos nacionais entravam, como se sabe, numa fase de constituição. Quanto aos intelectuais, esses aguardavam por novas transformações institucionais. Os decretos regeneradores dos meados do século, que centralizaram, sob o impulso de Alexandre Herculano, os materiais documentais na Torre do Tombo, imprimiram aos trabalhos históricos o rigor científico que a historicismo francês e alemão exigiam mas centralizavam no aparelho estatal e administrativo a investigação. Mas eram formas igualmente importantes de revisão e reconstrução dos diálogos identitários, com a Nação importada de França a sobrepor-se gradualmente aos vestígios irracionistas das identidades pátrias, tanto de cunho medieval, como renascentista.

Mas não foi apenas ao nível identitário que a comunicação de episódios políticos não convencionais (a guerra, no caso de Valmy) produziu fenómenos importantes dos quais ainda hoje começamos a ganhar consciência. Os resultados dos movimentos sociais, por exemplo, podem configurar novas percepções do regime ou mesmo diferentes políticas e auto-percepções dos governantes.

Muitos vêem Tianamen como uma série de eventos contestatários fracassados, em parte explicados pela robustez e dureza do regime comunista chinês e em parte pelas estratégias de mobilização usadas pelos estudantes. Tianamen ainda significa para muitos a maior derrota moderna das aspirações democráticas e pró-ocidentais dos chineses ou dos sectores mais progressistas e esclarecidos da sociedade chinesa. Julgo que pedimos muito. Parece-me que a Tianamen teve um impacto profundíssimo nas instituições chinesas, em particular ao longo dos centros industrializados da cintura do pacífico. Um dos efeitos, ou melhor, uma das provas de que o regime comunista chinês compreendeu a mensagem dos estudantes chineses, foi a gradual abertura do regime em direcção do comunismo-capitalista do período pós-Deng Xiao Ping.

Mas os acontecimentos de Tianamen não tiveram repercussões apenas exteriores no questionamento do regime. Os complexos processos comunicacionais postos em marcha transbordaram o convencional, mesmo tendo em conta as especificidades repertoriais e simbólicas dos movimentos sociais, para usar novas tácticas e modos de acção informativa. O caso dos ciclistas usados pelos estudantes para comunicarem entre diferentes pontos de Pequim e diferentes núcleos de protestos são disso um exemplo. O mais curioso é que se tratou, ao que tudo indica, de uma improvisação. A partir de um certo momento, os estudantes e os cidadãos que passavam pelas barricadas de bicicleta ofereceram-se para levar notícias dos desenvolvimentos de um ponto para outro da cidade, o que fez com que se tornassem *pivots* importantes de comunicação estratégica. Se não fossem esses ciclistas, é muito provável que o movimento tivesse sucumbido numa fase prévia do seu desenvolvimento, falhando desse modo o objectivo estratégico que era o de durar o mais tempo possível a fim de ganhar visibilidade internacional e cativar a atenção de potenciais aliados dentro do regime de Pequim.

A relevância da comunicação política como modo da constituição cultural e histórica dos sujeitos, dos grupos e das colectividades deve no entanto ser sempre encarada como um processo em larga medida aberto e contingente. O que não implica que seja relativo ou estocástico. Uma comunicação estocástica é, por definição, impossível, dada a precaridade meta-comunicacional que implica. O que também não significa que a comunicação seja necessária, causal ou funcional. Os

mecanismos causais não implicam uma teleologia absoluta, apenas uma institucionalização precária mas suficiente, no interior da qual é possível desempenhar papéis e estabelecer expectativas. Como ponto assente, parece ser o facto de que a natureza dos processos iniciados e acompanhados pela comunicação são em larga medida emergentes. Um caso em que certos processos comunicacionais não produziram os efeitos desejados foram com certeza, e por exemplo, as repercussões da repressão britânica durante o chamado “Grande Motim” anterior à independência da Índia.

Nesse caso, a brutalidade e o excesso de zelo de alguns oficiais ingleses produziram efeitos com consequências opostas às desejadas, ao matarem indiscriminadamente civis, mulheres e crianças e ao acelerarem o fim do Raj britânico. A violência das repressões dos motins (gerados ao que se sabe pelos explosivos de gordura animal usados nas armas e contrários à religião hindu) produziu uma onda de mártires que a comunicação nacionalista elevou à grandeza de mitos, de relatos heróicos contra a barbárie ocidental. A civilização hindu, que até aí fora subalternizada e inferiorizada pelo seu credismo, pela irracionalidade atávica das suas instituições pré-coloniais, elevou-se, enquanto que a civilização racionalista ocidental mostrou nos principais jornais de todo o mundo o seu verdadeiro rosto de violência e intolerância. O facto do Raj britânico ter sido destruído na sua fase final por uma série de campanhas militares de controlo de motins mal sucedidas, especialmente em termos de imagem, leva-nos portanto a concluir que a comunicação também aí desempenharia um papel de relevo, ao dar uma imagem fortemente negativa do colonialismo britânico, ao criar mártires para a causa nacionalista indiana, criando assim um efeito de dominó ou de auto-causalidade da acção, nos episódios contestatários, ou ao colocar as elites inglesas perante o problema de como reorganizarem positiva e ideologicamente o seu *dominium*.

Mas não é só de forma tonitruante e intempestiva que os fenómenos da comunicação política dos processos não convencionais mudam as políticas, os governos ou os impérios. Em muitos casos, as suas acções são bem mais modestas e lentas. Noutros casos, a comunicação torna-se mesmo surda, velada, chegando por vezes ao ponto de emudecer quase completamente. Um exemplo é o da Síria actual.

A Síria de Assad é um país no qual uma maioria esmagadora da população comunica veladamente com o totalitário e omnipresente regime através de formas alternativas de comentário político, como o sarcasmo e as anedotas. Uma imunidade à propaganda foi assim gerada, com práticas de defesa capazes de isolar o regime internamente e de proteger os interesses e os fins dos cidadãos. Novas formas idiomáticas apareceram assim para traduzir e comunicar de forma velada mas eficaz as atitudes e os sentimentos dos sírios em relação à política.

Mas podíamos também falar do Líbano, onde a comunicação política desapareceria da esfera pública se os iemenitas não tivessem o hábito, ou a prática social, de confraternizarem quotidianamente enquanto mastigam folhas de *qat*, uma planta abundante e tradicional do Líbano.. Apesar de ser um país não democrático onde o presidente não é eleito e onde não há registo de uma alternância no Executivo desde 1978, o Líbano é, mesmo assim, um país bastante democrático se o compararmos o seu regime ao dos países islamitas da região. A sua incipiente democracia deriva porém dessas práticas, através das quais diversas classes se juntam regularmente para conversarem e negociarem a política enquanto mastigam folhas de *qat*. Nessas ágoras de relativa liberdade, a descontração produzida pelas folhas leva os grupos a falarem livremente sobre os seus problemas e a tentarem resolvê-los de uma forma racional e consensual.

Um outro caso interessante é o dos mineiros americanos dos Apalaches, os quais ao fim de vários episódios de contestação mal sucedidos, tanto com os seus empregadores como com os agentes do governo, caíram num estado de letargia emocional e racional de tal ordem que levaram um cientista político americano a estudá-los em pormenor. Gaventa, no seu *Power and Powerlessness*, interroga-se porque razão a aquiescência e a subordinação dos mineiros americanos

dos Apalaches triunfou, despojando-os, pelo menos substantivamente, da sua constituição institucional de cidadãos americanos. A prova de que os cidadãos se constituem não como emissários de opiniões mas como sujeitos cultural e historicamente constituídos, está no facto de que mesmo em situações de privação social e económica extremas, certos grupos abandonam a luta, deixam de formular interesses e preferências, aceitando cegamente a sujeição. Gaventa descobriu que esses comportamentos se deviam em larga medida a conflitos mal sucedidas e fracassados que remontavam aos anos 20 e 30, e ao facto dos mineiros terem sido sempre representados junto do governo do patronato por sindicatos corruptos. Em resultado, a aquiescência estava estreitamente correlacionada com factores institucionais e cognitivos que escapavam à explicação behaviorista. A coerção não bastava para explicar a submissão política dos mineiros. Vendo bem, a coerção já nem era necessária. Haviam pois mais dimensões do poder relacionadas com a submissão dos mineiros e explicando o facto de que mesmo sem coerção mostravam um alheamento deprimido e agastado por todas as formas de politização dos seus problemas e interesses. O que sucedia era que as próprias preferências dos mineiros tinham também sido alteradas sem que eles tivessem consciência da sua falsidade, traduziam pois formas avançadas de alienação político-social, do mesmo modo que a sua “agenda” passara a ser determinada por terceiros, neste caso, pelo governo, pelos patrões e pelos sindicatos corruptos, aparentemente indiferentes aos seus interesses básicos. O resultado gerara a comunicação falhada e introvertida de que falamos, mostrando por outro lado a sua importância, mesmo que encarada sob o prisma alienante e negativo, como componente essencial da política.

Vimos portanto que a representação elitista clássica dos cidadãos eleitores construídos socialmente como dotados de uma opinião mesmo que vaga sobre a política, e que é apoiada por uma boa parte da ciência política, não resiste a uma análise mais demorada e objectiva das condições culturais e históricas à sua génese e natureza. São produtos normativa e analiticamente localizáveis e datáveis, cuja natureza e factualidade, numa democracia crítica e profundamente auto-esclarecida, deve ser repensada.

Referências Bibliográficas:

- Furet, F., Richet, D. (2003). *La Révolution Française*, Paris: Hachette Littératures.
- Gaventa, J. (1982). *Power and Powerlessness, Quiescence and Rebellion in an Appalachian Valley*, Illinois: University of Illinois Press.
- Michels, R. (1915). *Political Parties: A Sociological Study of the Oligarchical Tendencies of Modern Democracy*, New York: The Free Press.
- Rosas, A (2007) ‘Mecanismos, processos e democracias - A sociologia histórica de Charles Tilly e a história breve mas turbulenta de um lago’, *História - Revista da Faculdade de letras*, 8: 17p.
- Soboul, A. (1988). *Revolução Francesa*, Lisboa: Teorema.